



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2013

### Acta n.º 2

Aos seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:30 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e nove de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Aprovação da acta da sessão de 15-10-2013; -----

**PONTO DOIS:** Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve; -----

**PONTO TRÊS:** Designação de quatro membros para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, nos termos da alínea l) do art.º 17 da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro;-----

**PONTO QUATRO:** Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de Colaboração entre o município de Albufeira e a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----



Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando José dos Santos Anastácio, José Carlos Martins Rolo e Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva. -----

**FALTAS:** Vitor José Correia Maria Vieira (PSD). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face ao pedido de substituição apresentado pelo Membro Vitor Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Maria de Lurdes Meirinho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão dando a palavra ao público presente. -----

Não havendo intervenções por parte do público, a Primeira Secretária procedeu à leitura resumida da correspondência, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO UM

Aprovação da acta da sessão de 15-10-2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) Maria de Lurdes Meirinho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----



## PONTO DOIS

Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

José Pimenta: "Senhor Presidente, penso que estamos a passar o período antes da ordem do dia."-----

Presidente da Assembleia: "É uma Assembleia Extraordinária, não há período antes da ordem do dia."-----

Ivânia Mascarenhas: "Gostava de saber como se vai processar esta eleição."-----

Presidente da Assembleia: "É por meio de lista e por voto secreto." -----

Seguidamente, o membro Adriano Ferrão apresentou uma proposta de lista que foi designada por "Lista A" (Doc. 1, em anexo a esta ata). -----

A membro Ivânia Mascarenhas apresentou, também, aos presentes uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista B" (Doc. 2, em anexo a esta ata) -----

O membro José Pimenta apresentou uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista C" (Doc. 3, em anexo a esta ata) -----

Também o membro Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que passou a ter a designação de "Lista D" (Doc. 4, em anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas, designadas por lista A, lista B, lista C e lista D, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

LISTA A: nove (09) votos; -----

LISTA B: três (03) votos; -----

LISTA C: dois (02) votos; -----

LISTA D: sete (07) votos. -----

Presidente da Assembleia: "Através do método D'Hondt dá dois elementos eleitos pela lista A, do PSD, e dá dois elementos eleitos pela lista D, do PS. Através deste método, quando fazemos a distribuição do quarto elemento, este é eleito com quatro votos e portanto, nem a lista B nem a lista C conseguem introduzir igual número de votos."-----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleitos os seguintes membros: -----

**Paulo Alexandre Figueiredo Freitas;** -----

**Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão;** -----



**Francisco José Pereira de Oliveira;** -----  
**Ana Alexandra Diogo Pereira.**-----

### PONTO TRÊS

Designação de quatro membros para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, nos termos da alínea l) do art.º 17 da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e passou a palavra aos Membros da Assembleia. -----

O membro Adriano Ferrão apresentou uma proposta que passou a ser designada por "Lista A" (Doc. 5, em anexo a esta ata). -----

Cândido Reigado: "Quanto à comissão de crianças e jovens a CDU tem uma proposta a apresentar. Em vez de se processar por listas, que possa ser por nomes, ou seja, que cada força política faça dessa forma, e apresente um nome."-----

Presidente da Assembleia: "Portanto, diz que a metodologia deveria ser por votação uninominal, e não por meio de lista. O PSD propõe que seja por meio de lista, e neste caso colocaremos à votação se será por meio de lista ou por votação uninominal."-----

**VOTAÇÃO POR MEIO UNINOMINAL:** -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Moraes, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: três (03) Cândido Reigado, Domingos Coelho, José Pimenta.-----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

**VOTAÇÃO POR MEIO DE LISTA:** -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado, José Pimenta. -----

Abstenções: uma (01) Domingos Coelho -----

Votos a Favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Moraes, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana



Pereira, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Assim, o membro Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista B" (Doc. 6, em anexo a esta ata). -----

O membro José Pimenta apresentou, seguidamente, uma proposta de lista que passou a ser designada por "Lista C" (Doc.7, em anexo a esta ata). -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas, designadas por lista A, lista B e lista C, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

LISTA A: catorze (14) votos; -----

LISTA B: nove (09) votos; -----

LISTA C: dois (02) votos; -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleitos os seguintes membros: -----

**Maria Eugénia Xufre Baptista;** -----

**Ana Cristina Neves Pinto Oliveira;** -----

**Soraia Santos Morais;** -----

**Ricardo Jorge Almeida das Neves.**-----

#### PONTO QUATRO

Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal; -----

Presidente da Assembleia: "Sendo a proposta do Regimento uma competência do Presidente e da mesa, foi agendada uma reunião com representantes de todos os partidos na Assembleia e foi decidido que deveria ser estudado de uma forma mais detalhada. Decidimos, nesta reunião, que seria retirado este ponto e seria trabalhado numa comissão, em que cada partido apontaria um representante, para se definirem os critérios. Desta forma proponho que seja retirado este ponto da ordem do dia e que posteriormente os líderes de cada bancada se reúnam comigo, para definirmos o Regimento, pois, sendo um documento que vai reger os trabalhos, será de todo conveniente que seja feito com o maior consenso possível, se for possível. É uma proposta da mesa e era útil que fosse com o maior entendimento possível nesta



Assembleia, desta forma pedia então que a Assembleia deliberasse sobre a retirada deste ponto da ordem de trabalhos."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

### **VOTAÇÃO DE RETIRADA DO PONTO DA ORDEM DO DIA E CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ANÁLISE:-----**

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Mário Gaspar: "Relativamente a este ponto o VIVA solicita à mesa um esclarecimento sobre este regulamento, fundamentalmente, queremos saber que associações foram tidas no âmbito desta matéria, queremos saber se essas associações participaram na construção do regulamento, temos conhecimento de algumas associações que não foram ouvidas, como por exemplo, a associação de pais, queríamos então saber se o regulamento foi remetido às mesmas, e se sim, por que via foi feito. Também achamos pertinente questionar o longo intervalo de dois anos que separou a deliberação e a aprovação em reunião de Câmara a dezoito de Outubro de dois mil e onze, publicada em Diário da República a vinte e seis de Junho de dois mil e doze, até à presente data, que é submetido para a deliberação por parte desta Assembleia. Gostávamos de questionar a mesa, se não deveria ser feita uma ponderação mais actual sobre o regulamento, perguntar se este está de acordo com a lei setenta e cinco, de 12 de Setembro, de





dois mil e treze, que veio revogar a lei 5-A, que suportou a deliberação de dezassete de Setembro de dois mil e treze." -----

Presidente da Assembleia: "Algumas das questões que são dirigidas à mesa, certamente serão dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, mas a última eu posso responder, à data em que a deliberação foi aprovada, a lei em vigor não era esta, e portanto não choca com esta. O que interessa é a legislação que estava em vigor à data da deliberação, no demais, isto foi objecto de uma discussão pública, e, portanto todas as associações, todas as pessoas, tiveram oportunidade de se pronunciar. Não conheço em detalhe todo o processo."-----

Presidente da Câmara: "Estou um pouco na mesma porque recebi o processo e o reencaminhei para a Assembleia, e, neste momento, não tenho aqui elementos pelo que não sei responder com precisão a essas questões, mais tarde poderei responder, com toda a certeza a todas essas questões."-----

José Pimenta: "Em relação a este ponto há uma quantidade de generalidades que ficamos na dúvida. Quais são os critérios, na parte logística de apoio aos clubes e associações. Trata-se aqui mais da parte remuneratória. Quais são, ao fim e ao cabo, os critérios que a Câmara Municipal atribui aos clubes e associações."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, depois de analisado o referido regulamento, o grupo parlamentar do Partido Socialista tem uma proposta a apresentar, com base nestes considerandos. Tendo em consideração que é fundamental termos um regulamento para avalizarmos aquilo que é a forma de subsidiar as associações; tendo em consideração que este regulamento nos parece ser um regulamento relativamente ambíguo em algumas circunstâncias; tendo também a noção de que qualquer posição que fosse de se opor ao regulamento implicaria que o mesmo voltasse à Câmara Municipal, e como tal que levantasse novamente mais uma série de questões, entendemos, até porque, segundo iniciativa do Presidente, da última vez, relativamente ao regimento, e tendo em consideração que é possível constituirmos uma comissão, comissão essa que pode trabalhar este regulamento com algumas alterações, o Partido Socialista ia propor efectivamente que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, e que baixasse a uma comissão. Nós temos algumas alterações a apresentar no âmbito da quantificação e da pormenorização de alguns critérios, e também não queremos, por assim dizer, empatar esta situação com o envio do regulamento à Câmara Municipal, e portanto é esta a nossa proposta. Como iremos apresentar o regimento na próxima



Assembleia Municipal, eu penso que os grupos parlamentares poderiam indicar um elemento de cada grupo para participar nesta comissão, para que possa ser apresentado na próxima Assembleia, que penso que será até ao final deste mês, e portanto não estaríamos aqui a adiar todo este processo." -----

Adriano Ferrão: "Em nome do Partido Social Democrata, somos bastante concordantes com a opinião do Partido Socialista tem, pois também detetámos algumas lacunas, alguma desatualização perante a realidade. Concordamos então em participar numa comissão para o efeito." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada do ponto da ordem do dia e a constituição de uma comissão de análise. -----

#### **VOTAÇÃO DE RETIRADA DO PONTO DA ORDEM DO DIA E CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ANÁLISE:**-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de Colaboração entre o município de Albufeira e a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Soraia Morais: "Em nome do VIVA gostaríamos de sugerir que, relativamente ao que se analisou da proposta de protocolo, pudesse haver uma alteração na cláusula segunda, relativamente às obrigações da APAV. Esta sugestão tem a ver com uma proposta de





acções de formação dirigidas aos funcionários da autarquia a trabalhar em escolas, bem como a funcionários do próprio ministério que também trabalhem nas escolas. Por outro lado, acções de sensibilização alargadas à comunidade. Esta proposta prende-se com os objectivos da própria APAV, em que como eles referem na documentação, que está explícita, que é uma instituição que visa promover e contribuir para a informação e protecção. No nosso entendimento, tendo em conta que a APAV não se resume a trabalhar com vítimas de violência doméstica, achamos pertinente que faça parte das obrigações da APAV, não só tudo o que já está incluído na cláusula segunda, como também a nível da prevenção, este tipo de iniciativas." -----

Presidente da Câmara: "A questão colocada não deixa de ser pertinente, sugeria que talvez baixasse a uma comissão, ou preparassem uma redacção com alguma celeridade. Eu tenho algumas dúvidas, no sentido de o protocolo poder ser alterado neste momento. De qualquer das formas, havendo dúvidas sobre essa matéria, posso esclarecer isto com APAV. A APAV neste momento já está a funcionar, e também não convém estarmos a colocar entraves." -----

Presidente da Assembleia: "Eu gostava de lembrar que as propostas da Câmara não podem ser alteradas por nós, apenas podemos fazer sugestões à Câmara Municipal, e portanto deixava à consideração da Assembleia, que nós podemos sempre propor alterações e fazer recomendações à Câmara Municipal. Assim, ponho também à discussão saber se o regulamento como está, é passível de ser aprovado ou não, e que depois, acto contínuo possamos fazer uma recomendação à Câmara no sentido de rever o protocolo, e não impedindo eventualmente a APAV de ter este protocolo. Porque isto implica também o gabinete de apoio à vítima, e sem isso, fica certamente bloqueado em termos da comparticipação financeira."-----

José Pimenta: "A CDU não coloca em causa, de maneira nenhuma este gabinete, que é muito importante, de apoio à vítima em Albufeira. Surge-nos é aqui umas pequenas coisas. Uma situação é em dois mil e dez, a parte remuneratória que existe para este gabinete, em dois mil e onze e dois mil e doze não existe qualquer passagem de dinheiros de apoio. Depois, daquilo que lemos, no que diz respeito ao voluntariado, ao fim ao cabo não se trata só de um voluntariado, existe aqui esta situação de um gestor, de valores que andam aqui, de vinte mil euros, e de quinze mil euros, que a Câmara diz que, dado que em dois mil e onze e dois mil e doze não houve comparticipação por parte da Câmara. Gostaríamos que as coisas fossem mais clarificadas, não se trata de



colocar obstáculos a este gabinete. Porque é que em dois mil e onze e dois mil e doze não houve participação por parte da Câmara? E porque é que em dois mil e treze a Câmara avançou com o gabinete que fica na Habijovem, muito perto das eleições, e faz uma participação de dois mil euros. Portanto há questões que gostaríamos que fossem mais clarificadas."-----

Francisco Oliveira: "No âmbito da sua intervenção, talvez possa estar enganado, mas gostaria de colocar esta questão. Diz o artigo vinte e cinco da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, relativamente às competências, no número três, que *não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal, referidas nas alíneas a), i) e m) do número um e na alínea l) do número anterior*. Quer isto dizer que todas as outras podem ser alteradas por esta Assembleia Municipal. Eu na verdade, na primeira leitura tinha ficado com essa ideia, que nenhuma proposta da Câmara Municipal poderia ser alterada. Com esta segunda leitura, parece-me que não, de facto, só nestes casos é que não é possível a Assembleia Municipal votar alterações, mas sim propor sugestões e recomendações para que a Câmara Municipal possa efectivamente depois aprovar e remeter novamente à Assembleia Municipal. Nesse sentido, parece-me perfeitamente razoável, que se o VIVA tivesse já a redacção proposta relativamente à questão da formação, que eu penso que é importante, poderiam apresentar e escusávamos de estar a fazer uma comissão, caso seja esse o único entendimento que têm. Se entenderem que há questões mais profundas para resolver, estaremos disponíveis para participar numa comissão para resolver o problema." -----

Adriano Ferrão: "Temos consciência que a APAV é uma instituição que tem de ser acarinhada e protegida, porque o seu papel social é extremamente relevante. Depois de lermos toda a estatística apresentada e sabermos quais são as finalidades desta instituição, parece-me que os números são conclusivos de que o trabalho feito é um trabalho que não pode passar despercebido aos Albufeirenses. Estou de acordo com as duas alíneas a acrescentar à cláusula segunda. Parece-me que faz sentido, no entanto, não deixo de pensar nos recursos humanos que a própria APAV dispõe, e que todo o trabalho de prevenção é um departamento pesado, que requer recursos materiais, financeiros e humanos, com alguma experiência. Eu, neste momento, desconheço quais os recursos humanos de que a APAV dispõe, mais a mais, se se trata de recursos que podem ser precários, dado o seu carácter, a sua natureza de voluntariado. Eu concordo



que, se a APAV conseguir cumprir essa função, é um acréscimo importante e é bem-vindo. Por outro lado temo que sem os recursos, se será viável para eles fazerem isto. Não sei se não iremos necessitar dessa informação para podermos incluir aqui essas duas alíneas. Sendo que, que eu saiba, e do que conheço do trabalho deste gabinete da APAV, eles já fazem algum desse trabalho, seria era um trabalho maior se conseguíssemos maiores apoios. Posto isto, eu também sugeria que a nossa colega fizesse aqui a sua proposta e que depois nós pudéssemos pesar isso."-----

Presidente da Assembleia: " Eu gostava de vos deixar uma questão à consideração: isto sendo um protocolo de colaboração, implica a aceitação da APAV e, portanto, todas as questões que colocarmos aqui impedem a eficácia dos contratos se a APAV não aceitar. O que veio aqui está negociado entre a Câmara Municipal e a APAV. Todas as alterações que nós colocarmos não podemos obrigar a APAV a aceitar, e, portanto, todas as alterações poderão ficar guardadas na sua essência se a APAV não aceitar."--

Soraia Morais: "Eu gostaria apenas de acrescentar, que, face ao que foi exposto pelos colegas, a proposta está dentro dos objectivos da instituição, parece-nos a nós, VIVA, que é uma proposta razoável, e é claro que nós aqui não estamos a ver o lado da APAV, mas é óbvio que respeitaremos se a argumentação da APAV nos revelar que não tem essa capacidade em termos financeiros ou em termos técnicos. Também não nos parece, daquilo que conhecemos do trabalho da APAV, e que vem também espelhado aqui no relatório, que seja algo assim tão complicado de se colocar em prática. Porém continuamos a achar que é uma proposta pertinente, se for aceite pelos membros da Assembleia. Gostaríamos de pedir, então, uma breve pausa para podermos apresentar as alíneas a sugerir ao protocolo." -----

Após uma pausa de cinco minutos o Presidente da Assembleia retomou os trabalhos. ---

Soraia Morais procedeu à leitura da proposta de alteração (Doc. 8, em anexo a esta ata). -----

Presidente da Câmara: "Não sou membro da Assembleia mas se me permitirem dar a minha opinião diria que, na parte das obrigações, penso que isso teria que ser muito bem negociado e ponderado, e a isso corresponderá a um maior apoio financeiro. Eu sugeriria ao VIVA que, não criando mais um encargo, mais uma remuneração para a APAV, que na cláusula sétima pudéssemos acrescentar estes pontos porque já não implicava custos para a APAV, ou seja, na cláusula sétima onde diz: *as partes contratantes*, que é o município e a APAV, *desenvolverão projectos de mútuo interesse*



*e acções específicas e concertadas, assim como promoverão os objectivos no presente protocolo, e designadamente, encaixava-se isto, ou seja, havendo custos, seriam suportados pelo município.* -----

Soraia Morais: "Não nos opomos a isso."-----

Adriano Ferrão: "A bancada do PSD concorda em pleno com esta proposta que o Presidente da Câmara sugeriu ao plenário. Como não acarreta mais custos, todas essas iniciativas podem enquadrar-se na cláusula sétima. Sendo assim, mais uma recomendação à APAV, mais este carácter que uma obrigação."-----

Presidente da Câmara: " É uma inclusão de obrigação mas não implica, face a este protocolo, mais custos para a APAV, ou seja, todas as acções que implicarem custos para a APAV, para além das que estão neste protocolo, serão suportadas pela Câmara. É esta a ideia de tornar operacionais os contratos, e, assim, a Câmara dá-lhes os meios para que possam desenvolver este tipo de acções, por uma questão de prudência. Até porque, não tendo meios, como é que podem fazer? Assim, já há a obrigação e a responsabilização do próprio município, porque se colocamos na APAV esta obrigação o município, por assim dizer, lava as mãos." -----

Presidente da Assembleia: "Em resumo, questiono a Soraia sobre se a vossa proposta é no sentido da inclusão na cláusula sétima?"-----

Soraia Morais: "Sim, vamos propor que se incluam estes pontos, que foram lidos, na cláusula sétima."-----

Presidente da Assembleia: "Quanto à metodologia da votação, aprovamos a inclusão desta alteração no protocolo e depois votamos em alternativa com o da Câmara, ou questiono se há alguma oposição à inclusão desta proposta na cláusula sétima e, se não houver, podemos votar o protocolo com a inclusão da cláusula sétima."-----

Francisco Oliveira: "Sobre a explicação que o senhor Presidente deu há pouco, foi recomendado pelo Presidente, e se efectivamente esta proposta for incluída na cláusula sétima, será a Câmara Municipal a suportar os custos, e, portanto aumentará os custos para a Câmara. Se for introduzida na cláusula segunda, então caberá à APAV promover essas formações, sem que a Câmara Municipal tenha de ter custos adicionais. O que se está a fazer aqui relativamente à cláusula sétima, está a dar-se desde já como garantido que a Câmara Municipal terá que fazer o suporte financeiro para que essas acções possam avançar. Enquanto que a inclusão na cláusula segunda implicaria a obrigação e não o aumento de custos. Está em causa duas situações: a APAV aceitará



aquilo que a Assembleia Municipal decidir aqui, porque é soberana. A Câmara Municipal, efectivamente, negociou, mas a Assembleia Municipal é que tem o voto e toma uma posição. Se todos nós partilharmos da ideia que não deve haver custos acrescidos, dado o momento em que estamos, não me parece que, à partida, perdoe-se-me o termo, se dê logo de bandeja esta garantia, que, efectivamente, será assegurada. A APAV terá meios, como foi referido por alguns deputados municipais, para fazer estas acções de formação sem custos adicionais. Portanto, não me parece que seja razoável, até porque o próprio protocolo, lido com atenção, demonstra que só serão dados estes subsídios e comparticipações se o município tiver capacidade para o fazer, em que circunstâncias o poder fazer, e se não for limitado, face a condições económicas. Parece-me que o próprio protocolo, em si, limita até, por assim dizer, alguma incapacidade de cumprimento. Parece-me que a primeira versão não implicará necessariamente custos, enquanto esta versão da cláusula sétima poderá, efectivamente, trazer custos para o município."-----

Rui Bernardo: "Em relação à intervenção anterior, se há outra proposta por parte do PS, sugiro que façam a proposta e coloquem à consideração." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação em alternativa. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO VIVA:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Maria de Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 06 de Novembro de 2013 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_





Doc.1

*Lista A*

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal de Albufeira

Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, apresentam a seguinte lista de elementos efectivos e suplentes para a eleição de 4 membros desta Assembleia para a Assembleia Intermunicipal do Algarve:

**Elementos Efectivos:**

*PAULO FREITAS*  
*ADRIANO FERRÃO*  
*CARLOS SANTOS*  
*FRANCISCO BULTRINHO*

**Elementos Suplentes:**

*EUGÉNIA BAPTISTA*  
*VITOR VIGIA*  
*CRISTINA PINTO*  
*RUI SERRÃO*

Albufeira, 06 de Novembro de 2013

Os Subscritores

*[Signature]*  
*Carlos Santos*

*[Signature]*

*[Signature]*



Doc. 2

Lista do Viva para a eleição dos membros <sup>LISTA B</sup>  
para a Assembleia Intermunicipal do Algarve

- Mário Samuel Raimundo Gaspar
- Ivânia Correia Mascarenhas
- Soraia Santos Monais

Mário Samuel Raimundo Gaspar  
Ivânia Mascarenhas  
Soraia Monais

*[Signature]*



Doc. 3

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



*Lis C*

## Proposta de Membros da Assembleia Municipal para Assembleia Intermunicipal

Membro efectivo Cândido Augusto Marques Reigado

Membro suplente José Joaquim do Carmo Pimenta

*Membros Eleitos da CDU*

*Cândido Reigado*

*J. Pimenta*

*P*



Doc. 4

LISTA D

Proposta para a  
Eleição de 2 membros  
para a Assembleia Inter municipal  
do Algarve.

- 1- Francisco José Pereira de Oliveira
- 2- Ana Alexandra Diogo Pereira
- 3- Leonardo Manuel Teixeira de Paiva
- 4- Carlos Alberto Santos Fomacedes

Suplentes

- 5- José Goncalves Soares
- 6- Vere Nunes Coelho
- 7- Domingos Coelho

06-10-2013



Doc. 5

*Lista A*

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal de Albufeira

Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, propõem:

**Elementos efectivos:**

1. EUGÉNIA BAPTISTA
2. CRISTINA PIOTO
3. SORAIA MORAIS
4. RICARDO NEVES

**Elementos Suplentes:**

1. RUI SERÓDIO
2. VITOR VIEIRA
3. ADRIANO FERNANDES

Albufeira, 06 de Novembro de 2013

Os Subscritores

  
Carlos Almeida







Doc. 6

Proposta para mediacao de  
4 individualidades para  
integrar a Comissao Alargada  
de Protecção de Crianças e Jovens  
de Albufeira

Lista B

- 1 - VERA NEVES CORREIA
- 2 - SARA CARVAL
- 3 - EMILIA BERGA
- 4 - Rute Rosalei Martins do Tago

06.10.2013  
*[Signature]*

*[Signature]*  
Vencimentos  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
Andreia Andreia Pereira  
*[Signature]*

Proposta do Grupo Parlamentar do Partido  
Socialista

*[Signature]*





Doc. 7

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



*Lista C*


Proposta de Membros para integrar na  
Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de  
Albufeira

Suzel Maria da Conceição Martins Pimenta

Paulo Alexandre Tristão Frias Costa

Patrícia Sofia Lourenço Teixeira

Ema Regina Moura de Almeida Cândido Martins Pimenta

*Membros Eleitos da CDU*  
*Quadrado Regado*  


*R*



## Sugestão/ Recomendação do Grupo Viva:

Apresentar à cláusula 7ª do Protocolo de colaboração entre o Município de Albufeira e a APAV - Gabinete de Apoio à vítima de Albufeira, ~~Obrigações da APAV~~

... designadamente:

- 1.) Promover junto dos funcionários das Escolas do concelho, ações de formação visando maior esclarecimento e sensibilização para a problemática da violência;
- 2.) Promover junto da comunidade, em moldes a definir, ações de sensibilização sobre a problemática da violência.

6/ Novembro/ 2013

Pelo grupo Viva,

Sónia Morais

P